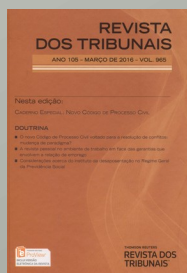


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA
DIVISÃO DE ACERVO - PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE
JUNHO – 2016



SUMÁRIO

EDITORIAL	7
-----------------	---

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL: NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Defensoria pública no novo Código de Processo Civil

Public defenders in the new Civil Procedure Code

JOSIANE ARAÚJO GOMES	19
----------------------------	----

O veto ao incidente de coletivização e a chance perdida para solucionar o fenômeno das ações individuais repetitivas

The veto to the collectivization incident and the lost chance to solve the phenomenon of repetitive individual actions

DIEGO SANTIAGO Y CALDO	37
------------------------------	----

A justiça gratuita no novo Código de Processo Civil

Free justice in the new Civil Procedure Code

CRISTIANO DE MELO BASTOS.....	61
-------------------------------	----

O Novo Código de Processo Civil voltado para a resolução de conflitos: mudança de paradigma?

The New Civil Procedure Code directed to conflict resolution: a paradigm shift?

RENATO HORTA REZENDE	75
----------------------------	----

DIREITO CONSTITUCIONAL

O direito fundamental de participação como fator de legitimidade democrática do Poder Judiciário: uma perspectiva hermenêutica

The fundamental right of participation as a factor of democratic legitimation of the Judiciary: an hermeneutic perspective

GRESIELI TAÍSE FICANHA	101
------------------------------	-----

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dispensa de licitação para contratação de fornecedores por empresas estatais do setor de energia elétrica: comentários ao art. 32 da Lei 9.074/1995

*Legal waiver for state-owned companies of the electric sector to procure suppliers:
Comments to article 32 of Brazil's federal Law 9.074/1995*

MÁRCIO ALCEU PAZETO 131

DIREITO EMPRESARIAL

O contrato de patrocínio englobando instituições financeiras

The sponsorship agreement including financial institutions

DOUGLAS BELANDA 159

DIREITO PENAL

Análise da necessidade de regulamentação do crime de terrorismo

Analysis of terrorism regulations need

MATHEUS ZORZI SA 169

DIREITO DO TRABALHO

A revista pessoal no ambiente de trabalho em face das garantias que envolvem a relação de emprego

Personal inspection in workplace in face of safeguards surrounding the employment relationship

EMANUELA MACHADO ANDRADE 201

O fim da contribuição sindical compulsória no Brasil: uma rediscussão necessária

The end of compulsory union dues in Brazil: a needed rediscussion

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO NETO 225

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Considerações acerca do instituto da desaposentação no Regime Geral da Previdência Social

Considerations about the institute the deprive of lodgings overall scheme of Social Security

AMANDA BOSCO DE CAMPOS E ANNY RAMOS VIANA 245

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Jurisprudência Seleccionada

- INDULTO – Concessão a condenado que cumpre um quarto do período de prova do *sursis*.
Comentário por CLEBER OLYMPIO 271

1. Acórdãos

- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Inaplicabilidade – Crime militar – Posse de substância entorpecente.
Comentário por NESTOR EDUARDO ARARUNA SANTIAGO e ANDRÉA DE BONI NOTTINGHAM 285

• COMPETÊNCIA – Reclamação trabalhista – Cobrança de prestações decorrentes da relação de trabalho – Servidor público – Contratação em regime celetista sem concurso público antes do advento da atual Constituição Federal.	
Comentário por FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO BORGES GARCIA	295
• EXTRADIÇÃO – Admissibilidade – Estrangeiro.	
Comentário por VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI: <i>O requisito da dupla tipicidade na extradição</i>	307
• EXECUÇÃO PENAL – Falta grave – Procedimento administrativo.	
Comentário por THIAGO COLNAGO CABRAL: <i>Devido processo legal na execução penal</i>	323
• IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Cessão de imóvel público à ex-servidor após requisição verbal.	
Comentário por DIOGO ALBANEZE GOMES RIBEIRO	339
• HABEAS CORPUS – Perda de objeto – Ocorrência.	
Comentário por HELIO NARVAEZ: <i>Serendipidade: encontro fortuito de prova</i>	373
• SOCIEDADE COMERCIAL – Registro na Junta Comercial – Exigência de certidões negativas de débitos da União e do FGTS.	
Comentário por EUMAR EVANGELISTA DE MENEZES JÚNIOR: <i>Da teorização escrita no REsp 1.393.724/PR provido parcialmente em 2015 pelo STJ</i>	393

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

• CONTRATO DE TRABALHO – Cláusula contratual.	
Comentário por FERNANDO AUGUSTO DE VITA BORGES DE SALES: <i>Como as mudanças no mundo corporativo afetam as relações de trabalho e porque o direito não pode ficar alheio a isso: a importância do recente posicionamento do TST sobre "stock options plans" e a validade da "clawback clause"</i>	431

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

• CONDOMÍNIO – Cotas condominiais – Inadimplemento da obrigação – Cumulação de multa moratória com sanção pecuniária.	463
--	-----

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

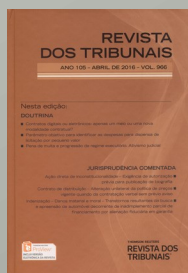
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Acórdãos

• REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – Competência legislativa.	493
--	-----

• TAXA – Coleta de lixo domiciliar – Uso da área do imóvel como base de cálculo.....	495
• COMPETÊNCIA – Servidor público – Demanda que visa obter prestações decorrentes de relação de trabalho em regime celetista com a Administração Pública.....	497
• AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Medida cautelar.....	499
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
1. Acórdãos	
• COMPETÊNCIA – Crimes praticados por organização criminosa em vários municípios – “Operação Gravata” – Investigação iniciada em comarcas distintas.....	503
• INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – Trancamento.....	507
• RECURSO ESPECIAL – Ação declaratória de inexistência de obrigação – Omissão de questão relevante à solução da demanda pelo aresto recorrido.....	509
2. Recurso repetitivo	
• TRIBUTO – Equiparação para fins tributários – Sociedade corretora de seguros e agente autônomo de seguro privado.....	510
• SENTENÇA – Nulidade – Inocorrência. Fundamentos da decisão que foram disponibilizados nos autos por meio de mídia eletrônica.....	513
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
• AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Concessão de local apropriado para que os trabalhadores terceirizados armazenem e aqueçam suas refeições.....	517
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
• LITISPENDÊNCIA – Ocorrência – Ações interpostas por autores diferentes e com nomes diversos.....	521
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
• CRIME MILITAR – Homicídio culposo – Agravação da reprimenda – <i>Bis in idem</i>	525
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO	
• MILITAR – Reforma de castrense com percepção de soldo superior à patente que ostentava quando em atividade.....	529
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.ª REGIÃO	
• INDENIZAÇÃO – Dano moral difuso – Responsabilidade civil – Músicas que banalizam a violência contra a mulher.....	532
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE	
• REGIME PRISIONAL – Detento que reuniu os requisitos para progressão do regime fechado para o semiaberto.....	537

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS	
• APELAÇÃO – Razões recursais baseadas em questões de mérito não decididas em sentença.....	543
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS	
• CITAÇÃO – Nulidade – Inocorrência – Mandado de segurança impetrado contra a mesa diretora de Assembleia Legislativa.....	547
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ	
• RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Autor que perdeu a visão ao ser atingido por bala perdida em festividade municipal.....	551
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	
• RESPONSABILIDADE CIVIL – Consumidor – Vício do produto.....	555
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS	
• AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Determinação judicial para remoção de assentamentos de famílias carentes com escopo de preservação do meio ambiente.....	559
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	
• PENHORA – Substituição sem manifestação do executado.....	563
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO	
• DENUNCIAÇÃO DA LIDE – Ação de manutenção de posse – Lide denunciada à antecessora na detenção do imóvel.....	567
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
• AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei municipal que revoga proibição legal de realização de prova de laço e vaquejada.....	571
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO	
• INQUÉRITO POLICIAL – Arquivamento.....	575
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
Índice de Temas.....	579
Índice de Autores.....	581
Índice Legislativo.....	583
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	585



REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo: RT, v. 105, n. 966, abr. 2016

SUMÁRIO	
EDITORIAL	7
DOCTRINA	
CADERNO ESPECIAL: DIREITO E INTERNET	
Contratos digitais ou eletrônicos: apenas um meio ou uma nova modalidade contratual? <i>E-contracts: just a simple shift from paper to electronic form or an entire new contractual model?</i>	
Patricia Peck Garrido Pinheiro	21
Digital rights management e fair use <i>Digital rights management and fair use</i>	
Aristides Neto.....	41
Responsabilidade civil dos sites de leilão virtual <i>Civil liability of online auction websites</i>	
Frederico Félix Gomes.....	73
DIREITO ADMINISTRATIVO	
O ato concessivo de aposentadoria, reforma ou pensão, o princípio constitucional da segurança jurídica e a decadência administrativa <i>The concessive act of retirement, reform or pension, the constitutional principle of juridical safety and the administrative decadence</i>	
André Gonzalez Cruz.....	83
Parâmetro objetivo para identificar as despesas para dispensa de licitação por pequeno valor <i>Goal setting for the expenses to identify small value for bidding supply</i>	
Silvia Portes Rocha Martins	107
Requisição administrativa sobre imóveis versus ocupação temporária: qual a importância prática para o cidadão comum? <i>Administrative requisition of property vs. temporary occupation: what practical significance for the citizen?</i>	
Maykell Felipe Moreira	121

DIREITO CIVILOs contratos incompletos e a *soft law**The incomplete contracts and soft law*

Paula Greco Bandeira..... 145

O nascituro concebido *in vitro post mortem* e seu direito ao benefício de pensão por morte*The unborn child conceived in vitro post mortem and his right of pension for death*

Diego Ramos..... 167

DIREITO PENAL

Pena de multa e progressão de regime executório. Ativismo judicial

Criminal fine and system of prison progression. Judicial activism

Luiz Regis Prado e Bruna de Azevedo de Castro 183

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo e procedimentos da responsabilização das pessoas jurídicas sob a égide da Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013 – correlacionada às inovações do novo CPC – Lei 13.105/2015

Process and procedures of accountability of corporations under the aegis of the Anti-corruption Law – Law 12.846/2013 – correlated to the innovations of the new CPC – Law 13.105/2015

Fábio Junior de Oliveira e Romina Diana Flores Choque 203

DIREITO TRIBUTÁRIO

A incidência do IRPF sobre pensão alimentícia

The incidence of the Income Tax on alimony

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho..... 225

PARECER

Parecer. Contrato de corretagem imobiliária. Elementos de existência, validade e eficácia. Usos do setor. Contato social de consumo. Dever de informar. Venda casada e assunção de dívida. Pagamento indevido de comissão de corretagem. Responsabilidade solidária entre incorporadora e imobiliária. Prazo prescricional

Legal opinion. Real estate brokerage contract. Elements of existence, validity and efficacy. Sector usages. Social consumer contact. Duty to inform. Tie-in sale and debt assumption. Undue payment of brokerage fee. Several liability between the real estate developer and the company. Prescription deadline

Judith Martins-Costa e Gustavo Haical..... 261

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Jurisprudência Seleccionada

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Exigência de autorização prévia para publicação de biografia – Inadmissibilidade – Conduta que caracteriza censura particular e é vedada pela Constituição Federal – Adoção de critério da ponderação para solucionar aparente conflito entre os princípios da liberdade de expressão e a inviolabilidade da intimidade – Risco que é próprio do viver, devendo os abusos ser reparados nos termos legais – Interpretação dos arts. 20 e 21 do CC/2002 conforme a Constituição que se impõe.

Comentário por Maria Luiza de Freitas Valle Egea..... 307

2. Acórdãos

- REGISTRO IMOBILIÁRIO – Nulidade – Ocorrência – Transferência de domínio de terras devolutas arrecadadas pela União a particulares efetivada pelo Estado membro – Bens que não pertencem ao ente federado – Revogação da norma de fundamento da arrecadação que não afasta a condição de bem público federal – Inexistência, ademais, de comprovação pelos réus de propriedade ou posse dos imóveis em momento anterior ao levantamento.

Comentário por Celso Luiz Simões Filho..... 315

- VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – Inocorrência – Busca de autoridades policiais, sem mandado judicial, no período noturno – Hipótese em que a conduta é amparada em fundadas razões que indiquem a ocorrência de flagrante delito – Inteligência do art. 5.º, XI, da CF/1988.

Comentário por Gisela Aguiar..... 337

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Acórdãos

- NEGÓCIO JURÍDICO – Nulidade – Inocorrência – Renúncia pelo cônjuge da integralidade de sua meação no momento da separação consensual do casal – Doação que, embora universal, não prejudica as mínimas condições de sobrevivência da doadora, tendo em vista a comprovação da suficiência de fonte de renda à época da liberalidade.

Comentário por André Gonçalves Fernandes..... 361

- INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Transtornos resultantes da busca e apreensão de automóvel decorrente de inadimplemento parcial de financiamento por alienação fiduciária em garantia – Devedor que, no momento do cumprimento da ordem judicial estava inadimplente, ainda que o crédito fosse de menor importância – Meio legalmente autorizado que se revela adequado e eficaz, inexistindo desproporção da medida ou abuso do direito – Ato que, praticado no exercício regular do direito, ademais, não é ilícito – Verbas indevidas.

Comentário por Milena Britto Felizola..... 393

- CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO – Alteração unilateral da política de preços vigente quando da contratação verbal sem prévio aviso – Admissibilidade – Cessação dos descontos oferecidos inicialmente que não pressupõe má-fé do fornecedor e nem sua intenção de rescisão contratual – Prática que faz parte de uma estratégia de mercados e significa uma liberalidade de quem os concede, não sendo elemento essencial da avença.
Comentário por Humberto João Carneiro Filho e Maria Eduarda Serrano de Farias Rocha..... 427
- CRIANÇA E ADOLESCENTE – Exploração sexual – Caracterização – Agente que alugava quartos em seu estabelecimento para a prática de prostituição de menor – Irrelevância se a iniciativa da mercancia ilegal partiu da adolescente, diante da vulnerabilidade e imaturidade presumidas – Fornecimento do espaço para a prática ilícita que acarreta vantagens econômicas à proprietária – Submissão da menor, ademais, que dispensa a coação ou violência – Inteligência do art. 244-A da Lei 8.069/1990.
Comentário por Luiz Eduardo Dias Cardoso 450

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Acórdãos

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Constituição Estadual – Norma que impede a substituição de trabalhadores de empresas privadas por servidores, ressaltando a legislação federal – Admissibilidade – Preceito que não compromete as competências do Governador do Estado – Possibilidade, ademais, da Carta Estadual dispor de modo singular sobre o funcionamento da Administração Pública, sempre que respeitadas as relação entre os poderes federativos..... 473
- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Inocorrência – Ação direta de inconstitucionalidade – Demanda interposta pela Associação Brasileira de Criminalística – Instituição que constitui mera fração de categoria profissional e não se qualifica como entidade de classe – Inteligência do art. 103, IX, da CF/1988..... 486

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PARTILHA – Cônjuge, casada com comunhão universal de bens, que pleiteia o direito à sobrepartilha do conteúdo econômico das quotas sociais de sociedade advocatícia então pertencentes ao ex-marido falecido – Admissibilidade – Aquisição de participação em sociedade simples que se deu na constância do casamento e adveio naturalmente dos esforços e bens comuns dos consortes – Valor, ademais, que compõe o patrimônio pessoal de seu titular e pode, eventualmente, ser objeto de divisão..... 493

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- SALÁRIO – Gratificação de função – Incorporação da verba à remuneração – Admissibilidade – Empregado que desempenha diversas funções comissionadas por mais de dez anos – Pagamento de adicional de compensação, ademais, que não implica automático reconhecimento da observância do princípio da estabilidade financeira... 509

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Acórdãos

- CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA – Inscrição do Estado no Cadastro Único de Convênio pela União – Inadmissibilidade – Pendência financeira que é oriunda do Tribunal de Contas local – Ausência de ingerência direta do Poder Executivo sobre os demais entes da Administração Pública – Aplicação do princípio da intranscendência das medidas restritivas de direitos que se impõe 531
- APOSENTADORIA – Magistrado – Contagem de tempo de exercício de advocacia – Inadmissibilidade – Marcação recíproca de tempo de serviço para a aposentadoria no regime próprio que pressupõe o recolhimento correspondente – Possibilidade, ademais, do retorno à atividade para complementação do período necessário para a benesse integral, pagamento das contribuições previdenciárias ou a mudança do tipo da aposentadoria 533
- INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – Nulidade – Inocorrência – Investigação acerca de suposta organização criminosa – Quebra de sigilo que foi prorrogada de forma sucessiva em razão da complexidade do fato investigado – Matéria apreciada pelo acórdão recorrido, ademais, que afasta a supressão de instâncias 535

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Acórdãos

- COMPETÊNCIA – Reclamação Constitucional – Demanda que visa garantir a autoridade de decisão proferida pela Corte Especial do STJ – Incumbência dos regimentos internos dos tribunais para disciplinar o órgão fracionário competente – Julgamento afeto à própria Corte Especial 537
- DANO MORAL – Indenização – Publicação de matéria jornalística que atribui à pessoa jurídica e seu sócio a prática de diversas condutas criminosas em razão da sua posição pública e negócios com o governo – Contexto da publicação que busca ofender a honra objetiva da reclamante e configura abuso da liberdade de expressão – Verba devida 539

2. Decisão monocrática

- RECURSO ESPECIAL – Rescisão contratual – Compra e venda de imóvel – Análise de validade de cláusula que determina a retenção dos valores pagos – Inadmissibilidade – Reexame de cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório que é vedado nesta instância – Inteligência das Súmulas 5 e 7 do STJ 543

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1. Acórdão

- DANO MORAL – Indenização – Relação de emprego – Realização de revista realizada por seguranças armados, de forma vexatória e perante demais empregados – Prática abusiva que excede o poder diretivo do empregador e viola a intimidade e a dignidade humana

- Possibilidade, ademais, de adoção de outros meios de fiscalização para preservar os direitos da empresa – Verbas devidas – Inteligência do art. 5.º, III e X, da CF/1998 545

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1. Acórdão

- CRIME ELEITORAL – Desobediência – Descaracterização – Paciente que não acolhe determinação do chefe de cartório para que o acompanhasse à sede da zona eleitoral, em razão da prática de propaganda vedada – Inexistência de decisão judicial direta e específica da autoridade competente que afasta a tipicidade da conduta – Inteligência do art. 347 do Código Eleitoral..... 549

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

1. Acórdão

- CRIME MILITAR – Deserção – Descaracterização – Gravidez de risco da esposa do militar que caracteriza o estado de necessidade exculpante – Requisitos da excludente de ilicitude, ademais, que restaram devidamente comprovados nos autos – Absolvção que se impõe – Inteligência do art. 39 do CPM..... 551

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

- BEM PÚBLICO – Ilha costeira sede de município – Cobrança de foro e laudêmio – Admissibilidade – Cessão do domínio útil da área, pela União, que é anterior à Constituição Federal vigente – Alteração do art. 20, IV, da CF/1988 pela EC 46/2005 que não repercute sobre as propriedades cujo titularidade do domínio do bem imóvel date de antes da promulgação da atual norma constitucional..... 553

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.ª REGIÃO

- MILITAR – Reforma de castrense – Admissibilidade – Soldado que é portador assintomático do HIV – Benefício que deve ser concedido ex officio por incapacidade definitiva, independente da condição de temporário ou estabilizado – Proventos, ademais, que devem ser fixados com base no grau hierárquico imediatamente superior..... 557

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

- APOSENTADORIA POR IDADE – Admissibilidade – Trabalhador rural – Início de prova material, corroborada pela prova testemunhal, que demonstram o atendimento dos requisitos e do período de carência exigidos para concessão da benesse – Emissão de documentos em outro Estado, ademais, que não descaracteriza a condição de segurada especial da apelante..... 559

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

- CRIME AMBIENTAL – Caracterização – Desmatamento de área para construção de empreendimento imobiliário – Conduta que descumpra obrigação de relevante interesse ambiental – Hipótese em que o tamanho da supressão vegetal é irrelevante, diante da condição de proteção normativa especial da espécie eliminada – Multa, ademais, arbitrada em patamar razoável e fundamentado – Inteligência do art. 68 da Lei 9.605/1998 563

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- DUPLICATA – Nulidade – Ocorrência – Inexistência de documento hábil que comprove a entrega das mercadorias – Hipótese em que o título de crédito é causal, vinculado a nota fiscal de venda ou prestação de serviços – Ônus probatório que recai sobre o credor – Inexigibilidade da cártula que se evidencia..... 567

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE – Discussão sobre a disciplina diferenciada do livramento condicional entre o art. 44, parágrafo único, da Lei 11.343/2006 e o art. 83 do CP – Inadmissibilidade – Conflito entre leis infraconstitucionais que não ofende diretamente a Constituição – Antinomia, ademais, que pode ser solucionada pelo órgão fracionário por meio da definição do dispositivo legal aplicável, independentemente do controle de inconstitucionalidade – Irrelevância do incidente que se evidencia 569

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- CRIME AMBIENTAL – Descaracterização – Poluição ambiental – Instalação de lixão municipal em área de preservação ambiental e banheiro público às margens de rio – Depósito irregular de resíduos que foi herdado de administração anterior, sendo alvo de tratativas do atual alcaide para a regularização – Sanitário irregular que foi construído pelos comerciantes e desativado pela prefeitura – Condutas do prefeito que demonstram a inexistência do dolo de poluir – Absolvição que se evidencia..... 571

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Aplicabilidade – Tributos municipais – Sociedade de economia mista responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política estadual de turismo – Atividade caracterizada como serviço público prestado exclusivamente pelo Estado, o qual possui considerável participação no controle acionário da sociedade – Autorização para o exercício pontual de determinadas atividades econômicas que não afasta a sua finalidade principal, ademais, por sujeitar-se ao regime das empresas privadas quando observada tal condição – Inteligência do art. 150, VI, a, e § 2.º da CF/1988..... 575

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

- UNIÃO ESTÁVEL – Descaracterização – Manutenção de relacionamentos simultâneos pelo *de cujus* – Inexistência de separação de fato dos casados que configura óbice legal para o reconhecimento da entidade familiar – Relação paralela a outra pré constituída que caracteriza concubinato – Dever de fidelidade, ademais, que integra o conceito de lealdade e não pode ser atenuado 579

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – Demanda que visa cobrar valor referente à cessão de direitos autorais – Inadmissibilidade – Contrato e pedido realizados por valor líquido e certo – Hipótese em que a sentença ilíquida caracteriza decisão *ultra petita* – Reforma do decisum que se evidencia 581

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- DANO MORAL – Indenização – Cliente de banco que recebe mensagem de funcionário da empresa com cunho sexual – Conduta que ofende a honra, imagem e vida privada da autora – Instituição que deve respeitar o sigilo dos clientes e assegurar a proteção dos dados dos consumidores – Dano in re ipsa, ademais, que dispensa a demonstração quantitativa do abalo – Verba devida..... 583

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

- PRESCRIÇÃO – Ocorrência – Servidor público que visa sua reintegração ao cargo após licença – Requerimento para retorno ao exercício da função que foi formalizado mais de cinco anos após a data devida – Aplicação da prescrição quinquenal que se evidencia – Inteligência do art. 1.º do Dec. 20.910/1932 585

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- CRIME DE TRÂNSITO – Embriaguez ao volante – Caracterização – Acusado que dirige sob a influência de álcool – Alteração da capacidade psicomotora que é demonstrada pelo exame de alcoolemia e é confirmada pela confissão e depoimento dos policiais militares – Crime de perigo abstrato, ademais, que dispensa a demonstração de lesão efetiva ao bem jurídico tutelado – Condenação que se impõe..... 587

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- AGRAVO DE INSTRUMENTO – Liminar – Demanda que visa impedir a Administração Pública municipal de adotar medidas restritivas que impeçam o livre exercício de atividade econômica de locação de transporte de passageiros em veículos privados via aplicativo de celular – Admissibilidade – Apreensão de veículos que viola o exercício da liberdade constitucional de empreendedorismo privado – Fiscalização da Prefeitura que é necessária, mas restringe-se à análise das condições de segurança e documentais do veículo..... 589

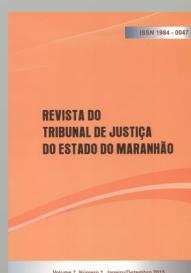
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

- PENA – Remissão – Inadmissibilidade – Militar que lê livro e elabora resenha crítica – Condições do presídio que garantem ao sentenciado o direito ao trabalho, educação e qualificação profissional – Benefício que deve ser concedido aos apenados tolhidos dos direitos previstos na Lei de Execução Penal – Vícios formais do ato de remissão, ademais, que impedem a concessão da benesse..... 591

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas 595
- Índice de Autores 601

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 603



REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São
Luís, v.7, n. 1, jan./dez. 2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
DOCTRINA.....	13
A TOMADA DE DECISÃO APOIADA: PRIMEIRAS LINHAS SOBRE UM NOVO MODELO JURÍDICO PROMOCIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NELSON ROSENVALD.....	15
A DESIGUALDADE CONJUGAL DO CÓDIGO CIVIL ROLF MADALENO.....	29
O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA LOURIVAL SEREJO	47
OUVIDORIAS JUDICIÁRIAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: OPORTUNIDADE DE COMUNICAÇÃO, CONTROLE E PROXIMIDADE PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA	63
A APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, OBSTACULIZANDO A BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO GRAVADO COM GARANTIA DE DOMÍNIO, MESMO DEPOIS DE REVOGADA A PURGAÇÃO DA MORA ALUIZIO SOARES JUNIOR.....	89
TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: UMA RELAÇÃO PROMISSORA ALEXSANDRO RAHBANI ARAGÃO FEIJÓ.....	115

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL	151
DISCURSOS	171
DISCURSO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA QUANDO DE SUA POSSE COMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.....	173
DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, PROFERIDO PELA DESEMBARGADORA CLEONICE SILVA FREIRE, EM 20/12/2013.....	187
DISCURSO PROFERIDO EM 9 DE AGOSTO DE 2013, PELO DESEMBARGADOR RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE, QUANDO DE SUA POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	191
DISCURSO PROFERIDO EM 16 DE OUTUBRO DE 2013, PELA DESEMBARGADORA ANGELA MARIA MORAES SALAZAR, QUANDO DE SUA POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	197
DISCURSO PROFERIDO EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, PELO DESEMBARGADOR JOÃO SANTANA SOUSA, QUANDO DE SUA POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	201
DISCURSO PROFERIDO EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, PELO DESEMBARGADOR JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO, QUANDO DE SUA POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	211
DISCURSO PROFERIDO EM 15 DE JULHO DE 2015, PELO DESEMBARGADOR TYRONE JOSÉ SILVA, QUANDO DE SUA POSSE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	219



JUSTIÇA & CIDADANIA. Rio de Janeiro: Ed. JC, n. 189, maio. 2016

Sumário

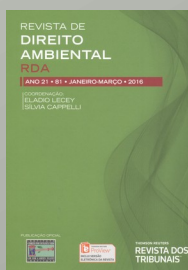


Foto: Aldo Dias/Secom-IST

8 Capa – “Precisamos racionalizar nosso sistema judicial”

- 6 Editorial – Esperanças perdidas
- 14 As tutelas de urgência e a jurisprudência do TST
- 19 Assédio moral na relação de emprego
- 24 A Justiça do Trabalho e sua vocação conciliatória
- 28 A sociedade e seu compromisso com os eleitos
- 30 Superior Tribunal Militar condecora instituições e personalidades
- 32 Reconhecimento facial antifraude
- 36 A aplicação do Direito no Código de Processo Civil de 2015

- 44 A responsabilidade civil na condução de cortesia (carona) e no transporte aparentemente gratuito
- 48 O Agravo de Instrumento no CPC/2015
- 51 Eficiência na gestão da dívida ativa
- 56 O fim da CLT? Bom para quem?
- 62 A citação do devedor de alimentos no novo CPC
- 64 Breves comentários sobre a declaração e a repatriação de ativos por meio do regime especial de regularização cambial e tributária
- 66 Prateleira – A constituição norte-americana é democrática?



REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL. São Paulo: RT, v. 21, n. 81, jan./ mar. 2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – LINHA EDITORIAL.....	9
TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	
Posse agrária, posse agroecológica e expansão do princípio da função social <i>Agrarian possession, agroecological possession and the expansion of social function principle</i>	
MARCUS EDUARDO DE CARVALHO DANTAS.....	17
Direito à alimentação adequada e proteção de saberes: as tecnologias sociais e o caso das sementes crioulas <i>Right to adequate food and protection of traditional knowledges: social technology and the case of landraces</i>	
DIEGO GUIMARÃES DE OLIVEIRA, JULIANA MORAIS DE CARVALHO CASTIGLIONI e NIVALDO DOS SANTOS	47
Jurisprudência	
Acórdãos	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
DANO AMBIENTAL – Responsabilidade civil objetiva – Inversão do ônus probatório. Comentário por PATRYCK DE ARAUJO AYALA e RAFAELA EMILIA BORTOLINI.....	63
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
MEIO AMBIENTE – Ação civil pública – Animais abandonados, doentes e feridos, vivendo em condições precárias no aterro sanitário municipal. Comentário por MARIANA DE CARVALHO PERRI e PATRYCK DE ARAUJO AYALA.....	75
AMBIENTAL – CIVIL	
A revisão dos termos de compromisso ambientais e as inconstitucionalidades do art. 12 da Lei estadual paulista 15.684/2015 e do art. 12 do Dec. 8.235/2014	

<i>The review of environmental commitment and the unconstitutionality of article 12 of the São Paulo State Law 15.684/2015 and article 12 of the Federal Decree 8.235/2014</i>	
LUIS FERNANDO ROCHA E TATIANA BARRETO SERRA.....	85
A recuperação da área degradada pela exploração minerária sob a ótica constitucional do desenvolvimento sustentável	
<i>The recovery of the degraded area by mining exploitation in the constitutional perspective of sustainable development</i>	
MARCUS VINICIUS COUTINHO GOMES, ARILSON DE ARRUDA, BRUNA VICTÓRIO BINDACO E LINCOLN NEMER SALLES.....	109
Jurisprudência	
Acórdãos	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Dano ambiental por omissão – Ministério Público – Obrigação de fazer – Pedido de urbanização, implantação de coletores e interceptores sanitários e dotação de sistema de esgoto.	
Comentário por EVELINE DE MAGALHÃES WERNER RODRIGUES e PATRYCK DE ARAUJO AYALA	127
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Dano ambiental	
Comentário por Paula Galbiatti Silveira e Patryck de Araujo Ayala	137
AMBIENTAL – PENAL	
A dupla lesividade do ato de pichar monumentos urbanos e a caracterização do concurso formal dos crimes de pichação e dano	
<i>The pair harmfulness of the graffiti as a criminal act and characterization of formal contest of graffiti crimes and damage</i>	
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN, MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA E ALEX FERNANDES SANTIAGO.....	147
BIODIVERSIDADE	
Amazônia: questões hídricas, marco jurídico e alternativas de tratamento multilateral	

Amazon: water issues, legal framework and alternatives for multilateral treatment

SOLANGE TELES DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA, NORBERT FENZL, MARIA APOSTOLOVA E FERNANDA SOLA..... 167

A responsabilidade da navegação frente à bioinvasão marinha não intencional

The liability of navigation for unintentional marine bioinvasion

PILAR CAROLINA VILLAR 191

Evidências científicas e a efetividade do direito à informação ambiental: considerações sobre as unidades de conservação

Scientific evidence and the effectiveness of the right to environmental information: considerations on protected areas

CARLOS JOSÉ SALDANHA MACHADO, RODRIGO MACHADO, ALINY GAUDARD, SAULO CEZAR GUIMARÃES DE FARIAS E MÁRCIA BARBOSA MARTINS..... 211

A compensação ambiental do art. 36 da Lei 9.985/2000: aspectos conceituais e questões controvertidas

Brazilian environmental compensation for the conservation units

TALDEN FARIAS E PEDRO HENRIQUE SOUSA DE ATAÍDE..... 233

Gestão compartilhada de áreas protegidas: benefícios, potencialidades e dificuldades

Joint management of protected areas: benefits, potentialities and difficulties

MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER..... 267

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DANO AMBIENTAL – Demolição de imóvel irregular em área non aedificandi de área de preservação permanente

Comentário por PAULA GALBIATTI SILVEIRA e PATRYCK DE ARAUJO AYALA 291

AMBIENTAL – INTERNACIONAL

A aplicação do princípio da precaução no direito internacional do ambiente

TIAGO VINICIUS ZANELLA..... 303

AMBIENTAL – ECONÔMICO

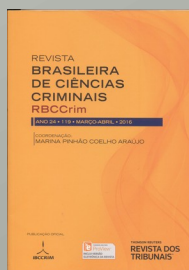
A utilização de instrumentos econômicos na proteção ambiental: a crítica da mercantilização do meio ambiente no que tange ao mecanismo de REDD+

The use of economic instruments in environmental protection: A critique of commodification of the environment regarding the REDD + mechanism

FELIPE GARCIA LISBOA BORGES 335

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES

DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA 349



REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo: RT, v. 24, n. 119, mar./ abr. 2016

SUMÁRIO

TEORIA GERAL

- O resultado como fundamento do injusto penal
The result as element of crime
 TIAGO JOFFILY 17
- O problema do consentimento no tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual
The issue of consent in the international trafficking in persons for the purpose of sexual exploitation
 LUCIANA MAIBASHI GEBRIM e CRISTINA ZACKSESKI 49
- Constituição, contraditório e linguagem
Constitution, contradictory and language
 LEANDRO GORNICKI NUNES 75
- Sobre estelionatos e homicídios: a reserva do possível às avessas
About stellionate and homicide: reserve of possible inside out
 ROSIVALDO TOSCANO DOS SANTOS JÚNIOR 103

PROCESSO PENAL

- O processo penal em tempos de excepcionalidade: o direito se pondo a "correr" e a flexibilização das garantias constitucionais, a nova cartografia do controle social
The criminal proceedings in exceptional times: the law going down for a "run" and the easing of constitutional guarantees, the new mapping of social control
 JOSÉ FRANCISCO DIAS DA COSTA LYRA 127
- Lide na justiça criminal? Sobre a importância do conflito de interesses entre as partes processuais e sua irrelevância para a necessidade do processo penal
Dispute in criminal justice? The importance of the conflict of interests between the procedural parties and its irrelevance to the necessity of the criminal process
 VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS 165

O juiz e a gestão da prova no processo penal: entre a imparcialidade, a presunção de inocência e a busca pela verdade

The judge and the management of evidence in criminal procedure: between the impartiality, the presumption of innocence and the search for truth

MIGUEL TEDESCO WEDY e RAUL MARQUES LINHARES..... 201

PARTE ESPECIAL

Estupro no Distrito Federal

Rape in Federal District

LANDER DE MIRANDA BOSSOIS..... 243

A propósito de se aferir a legitimidade de intervenção do direito penal (a partir de uma análise sobre a dignidade penal do bem jurídico que se pretende tutelar)

Apropos to assess the legitimacy of penal law intervention (from an analysis about the penal dignity of the legal interest intended to be protected)

KARLA PADILHA REBELO MARQUES..... 273

CRIME E SOCIEDADE

A internet e a violência contra a mulher: uma análise sobre a aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de violência psicológica no contexto virtual

Internet and violence against woman: an analysis about Maria da Penha Law application's to cases of psychological violence in the virtual context

CAROLINE MACHADO DE OLIVEIRA AZEREDO, EMERSON WENDT e PAULA PINHAL DE CARLOS 305

Penas alternativas ou o governo das pessoas pela punição?

The use of alternative sentences or exercising power over people by means of punishmentst?

MARCELO BERDET..... 327

DIREITO PENAL ECONÔMICO

O crime fiscal como delito antecedente ao crime de lavagem de capitais: novas perspectivas a partir das alterações da Lei 9.613/1998

Fiscal crime as an antecedent crime to money laundry: new perspectives based on the amendments made in Law 9.613/1998

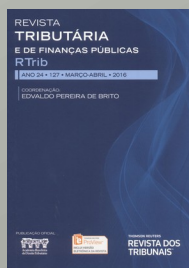
GUSTAVO DE CASTRO TURBIANI..... 359

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

AUTORES 389

TEMAS..... 391

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 395



REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS. São Paulo: RT, v. 24, n. 127, mar./ abr. 2016.

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Aplicação da norma de imunidade tributária do art. 150, VI, d, da CF/1988 aos livros digitais: uma análise à luz dos recentes precedentes sobre o assunto

The applicability of the constitutional immunity of article 150, VI, d, of the Federal Constitution to the e-books: an analysis in light of the recent precedents

ANA CAROLINA CARPINETTI E STELLA OGER P. SANTOS 19

Isenções no âmbito do Simples Nacional: notas a respeito da constitucionalidade do art. 18, § 20-B, da LC 123/2006

Exemptions about National Simple: notes on constitutionality of art. 18, § 20-B, from the Complementary Law 123/2006

EDUARDO MUNIZ M. CAVALCANTI..... 31

Análise da compatibilidade da taxa de fiscalização dos recursos minerários do Estado do Pará com o princípio da equivalência

Analysis of the compatibility of the inspection fee of mineral resources in the State of Pará with the principle of equivalence

FELIPE GARCIA LISBOA BORGES 47

A imunidade tributária aos e-books frente à atuação doutrinária e jurisprudencial: análise das perspectivas da hermenêutica jurídica constitucional no Brasil

The e-books tax immunity across the doctrinal and jurisprudential practice: analysis of the prospects of constitutional legal interpretation in Brazil

FRANCISCO DAS CHAGAS SAMPAIO MEDINA, PAULO ROBERTO MEYER PINHEIRO E MÔNICA MOTA TASSIGNY 63

Os custos dos direitos: quem paga a conta do Estado Social?

The costs of rights: who pays the bill of the Welfare State?

GABRIEL JONER..... 79

Os contratos de licença de uso da marca e a imunidade de PIS e de Cofins sobre as receitas decorrentes de exportação

Trademark license agreements and the PIS and Cofins immunity on revenues derived from export transactions

RAMON TOMAZELA SANTOS 101

Convênio ICMS 93/2015: inconstitucionalidade por violação ao princípio da não cumulatividade e a outros princípios constitucionais tributários

ICMS Agreement 93/2015: unconstitutionality by violation of non-cumulative principle and other constitutional principles

THIAGO DE MATTOS MARQUES 123

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Análise do Sistema Tributário Nacional e a delimitação da competência tributária nas restrições ao poder de tributar do Estado

Analysis of the National Tax System and demarcation of the taxing power constraints in the taxing power of the State

LUIS HENRIQUE BORTOLAI 139

TRIBUTOS

Tributação do *software* no Brasil. Mercadoria ou serviço?

Software taxation in Brazil. Goods or service?

ANA TERESA LIMA ROSA LOPES 165

Distribuição de dividendos sem cobertura cambial: aspectos regulatórios e tributários da transferência de valores detidos no exterior por pessoa jurídica brasileira para conta bancária estrangeira de sócio residente no Brasil

Distribution of dividends without exchange cover: regulatory aspects and tax implications of the transference of amounts held abroad, by a brazilian legal entity, to the foreign bank account of its shareholder, resident in Brazil

LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO 187

Ainda o IPI sobre a revenda de importados. Inconstitucionalidade. Afronta ao Gatt e ao art. 146 da CF/1988

IPI still on the imported resale. Unconstitutionality. Affront to the Gatt and to the art. 146 of the CF/1988

PATRICIA CRISTINA ORLANDO VILLALBA 211

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

A aplicação do instituto da denúncia espontânea nos casos de compensação

The application of the institute of voluntary disclosure in cases of tax offsetting

BRUNO FAJERSZTAJN E MAICON GALAFASSI 229

Responsabilidade pessoal do sócio não administrador pela dívida tributária da empresa à luz da LC 147, de 07.08.2014

The responsibility of the partner for the debt of the company: reflections based on Complementary Law 147 of August 7, 2014

EDUARDO MOREIRA LIMA RODRIGUES DE CASTRO 253

EXTRAFISCALIDADE

Possibilidades e limites de conciliação entre o princípio da capacidade contributiva e a tributação extrafiscal

Possibilities and limits of reconciling the contributive capacity principle and extrafiscal taxation

LARISSA LAKS E CRISTIANE DE MARCHI 271

DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

Sonegação fiscal no Brasil: reflexões sob a perspectiva da economia do crime

Tax evasion in Brazil: reflections on the perspective of crime economics

LUIZ FELIPE MONTEIRO SEIXAS 297

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

O direito processual tributário português: complexidade e falta de clareza de articulação do uso dos meios processuais

The portuguese tax procedural law: complexity and lack of articulation clarity in the use of legal procedures

PEDRO MIGUEL ALVES RIBEIRO CORREIA E INÊS OLIVEIRA ANDRADE DE JESUS 315

DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO FISCAL

Direito de defesa do administrador de pessoa jurídica no âmbito do processo administrativo fiscal

Administrator's right of defense in the administrative tax process

ANDREY JOSÉ TAFFNER FRAGA 331

FINANÇAS PÚBLICAS

Alterações das metas do *superávit* primário e suas consequências jurídicas

Goals change for primary surplus and its legal consequences

KIYOSHI HARADA 351

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**ACÓRDÃOS****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

ICMS – Base de cálculo – Redução – Vedação de creditamento do valor pago na entrada – Admissibilidade – Benefício fiscal concedido pelo fisco e livremente aceito pelo contribuidor.

Comentário por MARCELO CAMPOS 371

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IMPOSTO DE RENDA – Pessoa jurídica – Incidência sobre lucro de empresa estrangeira prestadora de serviços à empresa brasileira – Empresa que não possui estabelecimento permanente no Brasil.

Comentário por MARCELO CAMPOS 379

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Omissão – Ausência de manifestação no acórdão regional sobre a validade das provas, extinção do crédito pela decadência e isenção tributária.

Comentário por MARCELO CAMPOS 394

IMPOSTO DE RENDA – Incidência sobre valores decorrentes de acordo celebrado em razão de rescisão imotivada de contrato de representação comercial.

Comentário por MARCELO CAMPOS 407

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

IRPJ – Dedução da amortização do ágio resultante de incorporação de ações com expectativa de rentabilidade futura.

Comentário por SÉRGIO PRESTA 421

TRIBUTOS – IRPJ e CSLL – Incidência sobre o ganho de capital auferido pela desmutualização de pessoa jurídica sem fins lucrativos.

Comentário por SÉRGIO PRESTA 445

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Sentença – Nulidade. Comentário por SÉRGIO PRESTA	466
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.....	473



REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: RT, v. 41, n. 253, mar. 2016

SUMÁRIO

PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Controle de constitucionalidade pelo STJ: uma medida *contra legem*?
Judicial review in "recurso especial" by STJ: a contra legem measure?

GEORGES ABBOUD, RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA E JULIANA MIEKO

RODRIGUES OKA 15

TEORIA GERAL DO PROCESSO

O Novo Código de Processo Civil e a redução dos custos sociais da
litigância

*The New Civil Procedure Code and the reduction of social costs of
litigation*

DOUGLAS ANTÔNIO ROCHA PINHEIRO 33

Fundamentação judicial no Novo Código de Processo Civil

*Judicial fundamentation in force with the Brazilian New Code of Civil
Procedure*

FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES 57

Contratos internacionais e a eleição de foro estrangeiro no Novo Cód-
igo de Processo Civil

*International contracts and the choice of foreign forum in the New Code
of Civil Procedure*

JOSÉ AUGUSTO FONTOURA COSTA E RAMON ALBERTO DOS SANTOS 109

A boa-fé no processo civil e o abuso de direitos processuais

The good faith in civil procedure and the abuse of procedural rights

RAFAEL WOBETO PINTER 129

PROCESSO DE CONHECIMENTO

A audiência de conciliação ou de mediação no Novo Código de Processo
Civil

The hearing of conciliation or mediation in the New Civil Procedure Code

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES E GUILHERME KRONENBERG HARTMANN 163

Primeiras reflexões sobre a possibilidade de a coisa julgada atingir as questões prejudiciais no Novo Código de Processo Civil

First thoughts about the possibilities of the collateral estoppel fall upon the preliminary issues in the New Brazilian Code of Civil Procedure

LUIZ ROBERTO HIJO SAMPIETRO..... 185

TUTELA EXECUTIVA

Prestação de alimentos por ato ilícito no Novo Código de Processo Civil: regras aplicáveis e o regime do patrimônio de afetação

Maintenance claim from tort in the New Code of Civil Procedure: the legal regime of separate fund

ANDRE VASCONCELOS ROQUE E MILENA DONATO OLIVA 211

Compimento della sentenza nel CPC Brasiliano, specialmente nei casi di obbligazioni di somma di danaro

Cumprimento da sentença no CPC brasileiro, especialmente em casos de títulos da soma de dinheiro

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR..... 237

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

A inconstitucionalidade das novas hipóteses de reclamação previstas no novo Código de Processo Civil

On the unconstitutionality of the new uses of the motion of "reclamação" in the new Brazilian Civil Procedure Code

LUÍS FELIPE ESPINDOLA GOUVÊA..... 257

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

O caso "Rolezinho" como ação coletiva passiva e a intervenção da Defensoria Pública para garantir a representatividade adequada do grupo

The "rolezinho" case as a defendant class action and the intervention of the Public Defender's Office to assure the adequate representation of the group

CAMILO ZUFELATO..... 273

TUTELA DIFERENCIADA

Fazenda Pública "sem juízo": notícia de um inconsciente coletivo

The influence of legality in the actions of government lawyers

CLAUDIO MADUREIRA..... 301

DIREITO JURISPRUDENCIAL

O prequestionamento no STJ. Uma breve abordagem da visão atual da Corte e das mudanças trazidas pelo Novo CPC

The previews questioning in STJ. A brief overview of the current view of this Court and the changes brought by the New CPC

LEONARDO FERNANDES RANÑA 331

Os precedentes no Novo Código de Processo Civil: a valorização da *Stare Decisis* e o modelo de Corte Suprema brasileiro

Precedents in the New Brazilian Procedure Code: the valuation of Stare Decisis and the Brazilian Supreme Court model

RAFAEL CALHEIROS BERTÃO 347

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Jurisdição constitucional e alguns dos problemas econômico-financeiros e impactos das sentenças que "custam"

Giurisdizione costituzionale e alcuni dei problemi finanziari e impatti delle sentenze che "costano"

JAIR MAROCCO 389

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**Acórdãos****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Reclamação – Ajuizamento por terceiro que não interviu no processo originário • RECLAMAÇÃO – Liberdade de imprensa – Liminar que veda a veiculação de matéria jornalística em site de Internet 405

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA – Impetração por terceiro contra ato judicial 428

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – Justiça gratuita – Pedido formulado no próprio recurso cujo mérito era o direito ao benefício, sem o recolhimento. 435

USUCAPIÃO – Aquisição de fazenda mediante compromisso particular e escritura pública de cessão de direitos hereditários. 450

RESENHA

Teoria geral dos recursos cíveis, de Flávio Cheim Jorge

Resenha por ANNE LACERDA DE BRITO 463

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO 467

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 473